

Editorial

Este número da revista Periferias traz um dossiê especial sobre Povos indígenas e Educação, em um momento bastante delicado da relação entre Povos indígenas e Estado Brasileiro.

Existem no país 305 povos indígenas com diversas culturas, diferentes línguas, distribuídos em todos os estados e regiões do país. Segundo o último censo do IBGE (2010), 896.000 pessoas se identificaram como indígenas, o que representa um crescimento de 11,42% em relação ao censo anterior (2000). Assim, os dados atuais contradizem uma visão equivocada que ainda persiste no senso comum: os povos indígenas não estão ameaçados de extinção. Ao contrário, o que verificamos hoje é um crescimento populacional significativo e uma crescente presença pública de representantes indígenas em diferentes espaços de atuação. Mas, apesar disso, o sistema educativo tem apresentado muitas limitações para atender as demandas específicas dessas populações.

Katia Zephiro e **Norielem Martins** apresentam o processo de construção da educação escolar diferenciada indígena no Rio de Janeiro, apontando desafios que as comunidades indígenas Guarani Mbyá ainda precisam enfrentar para que as demandas de escolarização de sua comunidade sejam atendidas. As autoras partem da discussão da Modernidade/Colonialidade e do interculturalismo crítico, para questionarem de que forma a interculturalidade pode se fazer presente na construção de um currículo decolonial, que valorize “saberes outros” na sua concepção.

Já **Carlos Vieira**, **Adir Nascimento** e **Marcelo Casaro** discutem a infância indígena, partindo do ponto de vista dos professores indígenas que vivem no espaço urbano, neste caso, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O texto procura, a partir das percepções desses profissionais da educação, apresentar o cotidiano das crianças indígenas no espaço da cidade e para isso, faz interface com autores da educação, da antropologia da criança e dos estudos pós-coloniais, procurando criar visibilidade para os debates que envolvem a situação da população indígena em contextos urbanos.

Além da Educação Básica, o cenário das políticas públicas de educação superior tem sido marcado pela intensificação dos debates acerca do acesso diferenciado de grupos socialmente desfavorecidos à universidade, por meio de ações afirmativas. **Kelly Russo** e **Edson Queiroz** discutem o acesso e a permanência de estudantes indígenas em universidades do estado do Rio de Janeiro. Através de entrevistas realizadas com estudantes indígenas universitários, apontam as dificuldades no acesso à universidade, mas, sobretudo, para a permanência desses estudantes, que

enfrentam diversas barreiras para terem suas diferenças culturais reconhecidas no espaço universitário.

Partindo da etnomatemática, **Fabício da Silva, Rachel de Oliveira e Gabriela Barbosa** analisam o entendimento do Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) sobre os conhecimentos e saberes matemáticos. Partem do conceito da interculturalidade para discutirem o reconhecimento de diferentes sistemas de saberes na etnomatemática e identificam o tipo de matemática que tem se desenvolvido nas escolas indígenas. Utilizam análise de conteúdo, e apontam como a matemática tem tido lugar de destaque no RCNEI. Contudo, o significado apresentado não possui o sentido de promoção social e enriquecimento mútuo dos envolvidos na interação intercultural.

Carla Beatriz Meinerz, Claudia Pereira Antunes e Maria Aparecida Bergamaschi procuram refletir os impactos da Lei 11.645/2008, que torna obrigatória a inclusão da história da África e da história e cultura dos povos indígenas no currículo da Educação Básica, para discutir as possibilidades de um diálogo intercultural, que permita a reapropriação da temática indígena nas escolas. Também partem do conceito de interculturalidade para apontarem a necessidade de construção de referenciais capazes de embasar currículos que visibilizem o indígena contemporâneo, e discutem as especificidades da formação sociocultural do Rio Grande do Sul.

Roberto Lima de Oliveira e Gloria Queiroz também discutem a implementação da Lei 11.645/2008, procurando apontar possibilidades de conteúdos para a construção de um currículo intercultural. Abordam a importância da inclusão dos conhecimentos indígenas nas aulas de ciências a partir dos modos de fazer, materiais e estilos de produção das bonecas de cerâmica confeccionadas pelo povo karajá. Para os autores, produções artesanais e artísticas originadas em comunidades indígenas podem ser utilizadas na discussão de diferentes noções de química, além de possibilitar a discussão de conceitos como tradição e refletir sobre como o diálogo entre indígenas e não indígenas tecem o novo, avançando na tentativa de desconstruir a imagem “colonial” do indígena, dando ênfase à percepção da cultura como movimento, e à não existência de uma cultura pura, acabada e estática.

Esperamos que esse conjunto de artigos contribua para os debates sobre a necessidade de se rediscutir estereótipos, novas fronteiras interétnicas e superarmos velhas perspectivas coloniais e eurocêntricas ainda presentes em nossa sociedade, e, sobretudo, na educação básica brasileira, contribuindo para a criação de novas abordagens e um maior (re)conhecimento das histórias e contribuições das populações indígenas ao país.

Na outra parte da revista, temos artigos que discutem diferentes aspectos da educação brasileira. **Márcio Roberto Coelho dos Reis** propõe um olhar

multiculturalista sobre a região da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), a partir das vivências e experiências de um segmento específico de sua população, os chamados “brasiguaios”. Busca compreender as dinâmicas socioculturais desenvolvidas nesta região a partir do conceito de “fronteiras em movimento”, no qual as áreas de fronteira são consideradas “fluidas e permeáveis” aos mais variados tipos de interação social.

Fernando César Ferreira Gouvêa faz um estudo histórico sobre o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os seus Centros Regionais criados em 1955. Busca a compreensão dos períodos de consolidação e de declínio da instituição em tela, utilizando – dentre outras fontes – o Boletim Mensal do referido Centro, que ainda não foi explorado na historiografia da Educação Brasileira. A metodologia utilizada repousa na pesquisa de caráter documental e histórico, especialmente no que concerne à história cultural, que valoriza fontes variadas como os impressos.

E, **Maria Alice Rezende Gonçalves** e **Vinícius Oliveira Pereira** que analisam a proposta do Programa Mais Educação e a introdução da capoeira no espaço escolar. Apontam as fragilidades e limitações existentes na implementação da Lei 10639/03, responsável por incluir na LDBEN a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, quando a proposta da inclusão da capoeira não é pensada dentro do complexo contexto escolar: os sentidos atribuídos a ela no cotidiano escolar estão em disputa. Dessa forma, a capoeira pode ser pensada como cultura afro-brasileira, como patrimônio nacional ou ainda como simplesmente uma prática esportiva, que pouco contribui para se rediscutir relações étnico-raciais no país.

Fechando este número da Periferia, publicamos a resenha produzida por **Luciana Abreu**, do livro organizado por Mariana Paladino e Kelly Russo, intitulado “Ciências, Tecnologias, Artes e Povos Indígenas no Brasil: subsídios e debates a partir da Lei 11.645/2008”.

Boa leitura!

Débora Barreiros
Kelly Russo
Comissão Editorial